



EDP – Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.415	66.301	111.421	84.512
Consumidores e concessionárias	6	328.920	228.120	334.556	230.004
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	14.377	8.786	14.379	9.043
Outros tributos compensáveis	7	8.545	13.498	8.779	13.600
PIS e COFINS diferidos	8	114.636	52.915	114.636	52.915
Empréstimos a receber	10	8.824			
Cauções e depósitos vinculados	13	1.741	1.460	1.744	1.460
Ativos da concessão	14			37.969	29.614
Adiantamentos a fornecedores	9		250.525	250.525	250.525
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	1.444.097	626.056	1.444.097	626.056
Outros créditos	12	744	834	1.066	984
Total do Ativo Circulante		2.026.299	1.248.495	2.068.647	1.298.713
Não circulante					
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	39.776	40.849	39.776	40.849
Outros tributos compensáveis	7	36.410	41.579	36.410	41.579
PIS e COFINS diferidos	8	61.295	24.427	61.295	24.427
Empréstimos a receber	10		7.741		
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.4	145.206	133.000		
Cauções e depósitos vinculados	13	10.568	9.858	22.725	18.023
Ativos da concessão	14			482.636	263.196
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	850.537	583.563	850.537	583.563
Outros créditos	12	990	1.285	992	1.287
		1.144.782	842.302	1.494.371	972.924
Investimentos	15.1	391.288	178.639	1.497	470
Imobilizado	16	5.119	12.690	5.355	12.745
Intangível	17	12.394	9.939	75.639	73.790
		408.801	201.268	82.491	87.005
Total do Ativo Não circulante		1.553.583	1.043.570	1.576.862	1.059.929
TOTAL DO ATIVO		3.579.882	2.292.065	3.645.509	2.358.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	256.606	218.561	273.777	256.004
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7			571	291
Outros tributos a recolher	7	16.360	7.355	17.203	8.244
PIS e COFINS diferidos	8	133.579	62.555	133.579	62.555
Dividendos	19	13.242	14.244	13.242	14.244
Empréstimos e financiamentos	20	333.939	264.169	333.939	264.169
Provisões	21			3.449	4.685
Adiantamentos de cliente	9		644		644
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	1.239.305	572.053	1.239.305	572.053
Outras contas a pagar	12	2.631	4.714	9.434	5.885
Total do Passivo Circulante		1.995.662	1.144.295	2.024.499	1.188.774
Não circulante					
PIS e COFINS diferidos	8	78.834	49.461	97.837	60.150
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	94.179	86.567	110.230	95.585
Empréstimos e financiamentos	20	355.711	394.132	355.711	394.132
Provisões	21	1.178	1.162	1.868	1.598
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	662.644	264.081	662.644	264.081
Outras contas a pagar	12	2.656	3.550	3.702	5.505
Total do Passivo Não circulante		1.195.202	798.953	1.231.992	821.051
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	221.679	221.679	221.679	221.679
Reservas de lucros	22.3	167.339	127.138	167.339	127.138
Total do Patrimônio líquido		389.018	348.817	389.018	348.817

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.579.882 2.292.065 3.645.509 2.358.642

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	23	3.314.744	2.955.211	3.565.196	3.131.138
Custo do serviço de energia elétrica	24 e 25				
Custo com energia elétrica		(3.165.334)	(2.833.989)	(3.165.334)	(2.833.989)
Custo de operação		(12.232)	(15.860)	(16.331)	(17.092)
Custo do serviço prestado a terceiros		(245)	(45)	(215.659)	(159.096)
		(3.177.811)	(2.849.894)	(3.397.324)	(3.010.177)
Lucro bruto		136.933	105.317	167.872	120.961
Despesas e Receitas operacionais	24 e 25				
Despesas com vendas		(162)	5.047	(162)	5.047
Despesas gerais e administrativas		(13.046)	(12.220)	(17.703)	(13.513)
Outras despesas e receitas operacionais		(281)	(34)	(294)	1.446
		(13.489)	(7.207)	(18.159)	(7.020)
Resultado das participações societárias					
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		18.621	(4.249)	149.713	113.941
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		14.714	10.864	15.573	11.103
Despesas financeiras		(89.963)	(22.900)	(90.057)	(23.360)
		(75.249)	(12.036)	(74.484)	(12.257)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		66.816	81.825	75.229	101.684
Tributos sobre o lucro	27				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.450)	1.687	(4.830)	1.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.612)	(23.540)	(14.645)	(42.844)
		(11.062)	(21.853)	(19.475)	(41.712)
Resultado líquido do exercício		55.754	59.972	55.754	59.972
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28				
Resultado básico/diluído por ação (realizações)		1,70993	1,83929	1,70993	1,83929
ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício		55.754	59.972	55.754	59.972
Resultado abrangente do exercício		55.754	59.972	55.754	59.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado		3.792.115	3.336.582	4.052.551	3.513.298
Receita operacional		3.788.690	3.324.116	3.810.423	3.354.505
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(162)	5.047	(162)	5.047
Receita relativa à construção de ativos próprios		3.587	7.419	3.587	7.419
Receita de Construção				193.081	121.616
Atualização dos Ativos da concessão				45.537	23.314
Outras receitas				85	1.397
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(3.498.813)	(3.137.026)	(3.718.259)	(3.297.309)
Custos da energia comprada		(3.487.299)	(3.119.016)	(3.487.299)	(3.119.016)
Encargos de uso da rede elétrica			(3.007)		(3.007)
Materiais		(108)	(1.894)	(337)	(2.008)
Serviços de terceiros		(10.226)	(11.863)	(13.348)	(12.855)
Custo com construção da infraestrutura				(215.414)	(159.051)
Outros custos operacionais		(1.180)	(1.246)	(1.861)	(1.372)
Valor adicionado bruto		293.302	199.556	334.292	215.989
Retenções					
Depreciações e amortizações		(3.178)	(3.395)	(3.169)	(3.470)
Valor adicionado líquido produzido		290.124	196.161	331.123	212.519
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		15.527	11.443	16.694	12.124
Resultado da equivalência patrimonial		18.621	(4.249)		
Valor adicionado total a distribuir		324.272	203.355	347.817	224.643
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		9.374	11.405	11.611	12.255
Benefícios		2.255	2.429	2.631	2.512
FGTS		294	822	1.524	891
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		23.632	36.083	40.720	55.056
Estaduais		142.235	68.924	143.020	69.417
Municipais		291	441	291	446
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		89.963	22.900	90.399	23.712
Aluguéis		474	379	536	382
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		15.409	14.623	15.409	14.823
Dividendos		144	1.814	1.814	1.814
		284.071	159.920	306.285	181.108
Lucros retidos		40.201	43.535	41.532	43.535
		324.272	203.355	347.817	224.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou EDP Trading), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras companhias como sócia.

A controlada EDP Transmissão Norte S.A. encontra-se em fase de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de setembro de 2026, conforme contrato de concessão.

A Companhia possui as seguintes participações em Controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2022	31/12/2021
Transmissão				
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	100,00	100,00

2 Controladas - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior menor de que 230kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2022 as Controladas da Companhia possuem o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresas	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Operação (Nota 4.2)								
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Modalidade	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/138/69kV				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas Controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas Controladas (Nota 15).

A Companhia controla a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Transmissão Norte e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras. Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas Controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na suas Controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas Controladas;
- As datas das demonstrações financeiras das Controladas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas Controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas Controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciada (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021)	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas Controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Evento significativo no exercício

4.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2022, a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio - MUGF - Aditivo	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
			50.000		

Para maiores informações, vide nota 20.

4.2 Entrada em Operação Total - EDP Transmissão Litoral Sul

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber R\$51,4 milhões.

4.3 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifária

Os Contratos de Concessão estabelecem que as Controladas, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Transmissão Litoral Sul, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingresso de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo critérios para as Controladas que passaram por revisão e ajuste e foi estendida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, para ciclo de 12 meses compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, sendo parte da RAP em investimento. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho - DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de recondição interpostos pela transmissora EDP Transmissão Litoral Sul, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

	RAP 2022 REH nº 3.067	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2020 REH nº 2.725
EDP Transmissão Litoral Sul	60.781	54.399	47.387

4.4 Lote 2 Leilão de Transmissão nº 2/2022

Em 16 de dezembro de 2022 a EDP - Energias do Brasil controladora integral da EDP Trading, divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 2/2022, realizado pela ANEEL naquela data, foi vencedora do Lote 2, situado no estado de Rondônia, com RAP de R\$ 24,9 milhões, deságio de 45,1%. Este lote, com 188 km de linhas de transmissão, possui grande sinergia com a EDP Transmissão Norte, localizada entre os estados do Acre e Rondônia, cujo avanço físico atual de construção é de 22%. Essa sinergia se mantém tanto no processo de construção quanto na operação e manutenção dos ativos.

O resultado deste leilão reforça a presença do Grupo EDP - Energias do Brasil e a estratégia da controladora em manter o reforço dos investimentos em Transmissão, com rentabilidade adequada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		2.606	3.224	3.206	4.516
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	12.029	50.017	14.069	66.936
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	89.790	13.060	94.146	13.060
		101.809	63.077	108.215	79.996
Total		104.415	66.301	111.421	84.512

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que permitirem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas à taxas que variam de 81,00% a 101,50% do CDI da Companhia e, das Controladas, à taxas que variam de 81,00% a 100,00% do CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa variam entre 81% e 96% do CDI e, das Controladas, à taxas que variam entre 81% e 92% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Nota	Controladora							
		Valores Correntes			PECLD (Nota 6.2)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021		
		A vencer	Vencidas	De 181 a 360 dias					
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 181 a 360 dias					
Consumidores									
Clientes livres	6.1	93.611	1.055	3.010	(3.010)	94.666	102.639	94.666	
		93.611	1.055	3.010	(3.010)	94.666	102.639	94.666	
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica	6.1	231.947		397	(397)	231.947	122.100	231.947	
Energia de curto prazo		2.307				2.307	3.381	2.307	
		234.254		397	(397)	234.254	125.481	234.254	
Total Circulante		327.865	1.055	3.407	(3.407)	328.920	228.120	328.920	
		Consolidado							
		Valores Correntes			PECLD (Nota 6.2)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021		
		A vencer	Vencidas	De 181 a 360 dias					
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 181 a 360 dias					
Consumidores									
Clientes livres	6.1	93.611	1.055	3.010	(3.010)	94.666	102.639	94.666	
		93.611	1.055	3.010	(3.010)	94.666	102.639	94.666	
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica	6.1	231.947		397	(397)	231.947	122.100	231.947	
Energia de curto prazo		2.307				2.307	3.381	2.307	
Encargos de uso da rede elétrica		5.636				5.636	1.884	5.636	
		239.890		397	(397)	239.890	127.365	239.890	
		333.501	1.055	3.407	(3.407)	334.556	230.004	334.556	

6.1 Suprimento de Energia Elétrica e Clientes livres

A variação do saldo, refere-se substancialmente, ao aumento dos contratos de comercialização de energia é parte da estratégia da empresa de posicionamento do portfólio, a partir das oportunidades de mercado, com os preços mais baixos, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e níveis dos reservatórios elevados, reduz-se o risco de crédito de contrapartes, ampliando a carteira de clientes e propiciando maior liquidez ao mercado.

6.2 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Companhia, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se inateriais e controláveis.

As Controladas não apresentam histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela EDP - Energias do Brasil e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Revisão de risco PECLD	Saldo em 31/12/2022
Consumidores			
Clientes livres	(2.867)	(143)	(3.010)
	(2.867)	(143)	(3.010)
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	(379)	(18)	(397)
Total Circulante	(3.246)	(161)	(3.407)

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.3.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Controladora							
		Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Baixa	Atualização monetária	Adiantamentos / sações de Pagamentos	Compen-tamentos / sação de tributos	Transfe- rência	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	49.635	-	(12)	5.484	3.631	(3.864)	(721)	54.153
Total		49.635		(12)	5.484	3.631	(3.864)	(721)	54.153
Circulante		8.786							14.377
Não circulante		40.849							39.776
Outros tributos compensáveis									
ICMS		1.117	49						1.166
PIS e COFINS	7.2	46.083	322.746					(325.839)	42.990
IRRF sobre aplicações financeiras		780	1.447	(5)				(1.527)	695
IR/CS retidos sobre faturamento		1.092	191	(332)				(637)	104
Outros		6.015	(983)					(5.032)	983
Total		55.077	324.433	(1.320)				(333.235)	44.955
Circulante		13.498							8.545
Não circulante		41.579							36.410
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3.113						(3.113)
Total Circulante		-	3.113						(3.113)
Outros tributos a recolher									

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. Tanto a transferência dos ativos do COGT, quanto dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 30 de junho de 2023.

EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul e Mata Grande Transmissão
Foi anulada pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados a celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão MA I (*) no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573. Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. Tanto a transferência dos ativos do COGT, quanto dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024. Já a EDP Transmissão Aliança e Mata Grande Transmissão, o contrato foi firmado com término em 16 de junho de 2024.

EDP Smart Serviços

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação Remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana. O contrato possui vigência até 30 de junho de 2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investico, Lajeado, Porto do Pacém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anulado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui dois contratos de compra no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Lajeado Energia (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 64 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2024; (ii) 11 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2023 e término em 31 de março de 2023; (iii) 15 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2023 e término em 30 de maio de 2023; e (iv) 50 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui quatro novos contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Energest (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (ii) 45 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) 15 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 30 de abril de 2023; e (iv) 70 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui sete contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto a Enerpeixe (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) no montante de 75 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (ii) no montante de 55,2 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) no montante de 60 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; (iv) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025; (v) no montante de 30 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025; (vi) no montante de 18 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; e (vii) no montante de 24 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024.

Possui também dois contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto a Enerpeixe (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui dois novos contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto à São Manoel (controlada parcial da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 7 MWm com início de suprimento em 1º julho de 2023 e término em 30 de setembro de 2023; e (ii) 6,7 MWm com início de suprimento em 1º julho de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023.

10.3 Remuneração dos administradores

10.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora EDP - Energias do Brasil

Entre os anos de 2017 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 o montante de R\$67 (R\$30 em 2021) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

10.3.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora	
	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração (a)	411	1.285
Benefícios de curto prazo (b)		12
Benefícios - Previdência privada		12
Total	411	1.309

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Remuneração baseada em ações

As ações do Plano de Remuneração I foram exercidas no período findo em 31 de dezembro de 2021.

10.4 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		133.000
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Litoral Sul		(183.000)
AFACs realizados no exercício - EDP Transmissão Litoral Sul		82.000
AFACs realizados no exercício - EDP Transmissão Norte		123.206
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Norte		(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		145.206

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

11 Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis à todos os agentes registrados na OCCE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. A Companhia alterou o posicionamento para a comercialização dos contratos de compra e venda de energia no que diz respeito aos agentes em atendimento, sendo até 2019 substancialmente dentro do Grupo - EDP - Energias do Brasil e, a partir de 2020, tendo o objetivo também de comercializar com outros agentes. Em 2020, a Companhia identificou e julgou que ocorreram mudanças relevantes no mercado de energia, assim como alterações em sua própria metodologia de risco e estratégia na intermediação comercial entre geradoras e clientes finais.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro.

Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MIM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as seguintes premissas:

- (i) sensibilidade do PLD (curva *forward*), para alocação em todo o portfólio de operações de compra e venda de energia segregadas por período de contratação;
 - (ii) Exposição a diferença de preços entre submercados;
 - (iii) Direito dos clientes de flexibilizar entre 90% e 110% da energia contratada; e
 - (iv) Utilização da metodologia VaR (*Value at Risk*) para a gestão de exposição.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente a receita líquida das despesas no montante de R\$17.392 (R\$146.039 em 31 de dezembro 2021) registrado no resultado do exercício de 2022 (Nota 23). A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	AVP	Adição	Efeito exposição	Contrato encerrado	Parcela realizada	Saldo em 31/12/2022
Compromissos futuros	373.485	33.279	8.755	81.106	(3.045)	(100.896)	392.684
Pis/Cofins Diferidos	(34.674)	(3.078)	(811)	(7.533)	282	9.333	(36.481)
Total	338.811	30.201	7.944	73.573	(2.763)	(91.563)	356.203
Ativo	1.209.619					2.294.634	3.504.253
Passivo	836.134					1.901.949	2.738.083
	373.485					392.685	
Ativo - Tributos diferidos	77.342					175.931	253.273
Passivo - Tributos diferidos	112.016					212.413	324.429
	(34.674)					(36.482)	

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	Nota 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR			145	17
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	791	987	1.285
Outros	744	43	921	706
Total	744	834	990	1.066
Outras contas a pagar - Passivo				
Credores diversos - consumidores e concessionárias	734	1.274	734	1.274
Folha de pagamento	170	263	271	257
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		1.222	579
Arrendamentos e aluguéis	200	345	759	1.603
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.1	1.526	2.832	2.449
Parcela de Ajuste	12.2		5.563	380
Outros		648	1.097	176
Total	1.631	4.714	2.656	9.434

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.2 Parcela de Ajuste - Transmissão

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$5.563 (R\$580 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.3).

13 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	21.1.2	9.856	3	710
Outros cauções		1.462	1.545	189
Total		11.318	1.548	899
Circulante		1.460		1.741
Não circulante		9.858		10.568

14 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e que ativos deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão das Controladas.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

As Controladas são remuneradas por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, as Controladas se enquadram no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as Controladas reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as Controladas ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Venda. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 23 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As Controladas consideram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 29.2.3.

A movimentação das Controladas no exercício é a seguinte:

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 23 e 24)	Remuneração (Nota 23)	Juros Baixas	Margem na construção (Nota 23)	
Ativos da concessão	292.810	215.330	45.537 (19.645)		84 (29.412)	15.901
	292.810	215.330	45.537 (19.645)		84 (29.412)	15.901
Circulante	29.614					37.969
Não circulante	263.196					482.636

Do saldo total de R\$520.605 em 31 de dezembro de 2022, R\$373.784 (R\$284.391 em 31 de dezembro de 2021) representa a conclusão de 97,30% do investimento previsto para o projeto (80,50% em 31 de dezembro de 2021), da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, e para a controlada EDP Transmissão Norte o valor de R\$146.821 (R\$8.419, em 31 de dezembro de 2021) representa a conclusão de 26,90% do investimento previsto para o projeto, ambos acrescidos de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

A Margem de Construção negativa representa um *mark up* de -23,72% sobre o custo de construção sendo reflexo do atraso na entrada em operação comercial previsto no contrato de concessão, que seria em 27 de junho de 2020 para a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Com isso, os meses em que a Linha de Transmissão não operar não serão devidas cobranças de RAP pela controlada.

15 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o investimento na EDP Transmissão Litoral Sul e na EDP Transmissão Norte, das quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação poderá cessar a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle das investidas.

15.1 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	% Participação direta 31/12/2022	31/12/2021
Investimentos						
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)		470	1.028		1.498	
EDP Transmissão Litoral Sul	103.485	183.000	22.023	308.508	100,00	100,00
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento)	63.851		(1.331)	62.520		
EDP Transmissão Norte	10.833	10.000	(2.071)	18.762	100,00	100,00
Total	178.639	194.028	18.621	391.288		

(*) Refere-se ao montante de 2002 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

15.2 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 17).

15.3 Participação direta do investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul		EDP Transmissão Norte	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				
Ordinárias	75.000	75.000	1	1
% de participação da Companhia				
Capital social integralizado	100	100	100	100
Capital votante	100	100	100	100
Ativos totais	394.603	307.291	152.325	14.300
Passivos (C				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1 Composição do intangível

	Controladora						Consolidado								
	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2022			31/12/2021					
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido em serviço	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Outros	Valor líquido em 31/12/2022	
Intangível em serviço															
Administração															
Software	20,00	14.593	(9.981)	4.612	20,00	11.592	(7.781)	3.811							
		14.593	(9.981)	4.612		11.592	(7.781)	3.811							
Intangível em curso															
Software		7.782		7.782		6.128		6.128							
Total do intangível em curso		7.782		7.782		6.128		6.128							
Total do intangível		22.375	(9.981)	12.394		17.720	(7.781)	9.939							

	Controladora						Consolidado								
	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2022			31/12/2021					
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido em serviço	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Outros	Valor líquido em 31/12/2022	
Intangível em serviço															
Direito de concessão - Transmissão	2,08	63.851	(1.331)	62.520	63,851	63.851		63.851							
		63.851	(1.331)	62.520		63.851		63.851							
Administração															
Software	20,00	14.593	(9.981)	4.612	20,00	11.592	(7.781)	3.811							
		14.593	(9.981)	4.612		11.592	(7.781)	3.811							
Total do intangível em serviço		78.444	(11.312)	67.132		75.443	(7.781)	67.662							
Intangível em curso															
Comercialização															
Software		8.507		8.507		6.128		6.128							
Total do intangível em curso		8.507		8.507		6.128		6.128							
Total do intangível		86.951	(11.312)	75.639		81.571	(7.781)	73.790							

17.2 Movimentação do intangível

	Nota	Controladora						Valor líquido em 31/12/2022
		31/12/2022			31/12/2021			
		Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Outros	
Intangível em serviço								
Software		3.811		3.113	(2.257)	(55)	4.612	
Total do intangível em serviço		3.811		3.113	(2.257)	(55)	4.612	
Intangível em curso								
Software	17.2.1	6.128	3.584	(3.113)	-	1.183	7.782	
Total do intangível em curso		6.128	3.584	(3.113)	-	1.183	7.782	
Total do intangível		9.939	3.584	-	(2.257)	1.183	(55)	12.394

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado								
									31/12/2022			31/12/2021					
									Encargos	Não circulante	Principal	Encargos	Não circulante	Principal			
EDP - Energias do Brasil S.A.	EDP Trading	90.000	02/10/2020	90.000	02/10/2020 a 01/10/2024	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		15.711	90.000	105.711		4.132	90.000	94.132	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	21.211		200.000	221.211	8.648	200.000	208.648	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.175		50.000	52.175	2.433	50.000	102.433	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.728		250.000	254.728	3.088	250.000	253.088	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.825		50.000	55.825			-	
Total										33.939	15.711	300.000	340.000	689.650	14.169	390.000	658.301

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente as garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$583.939 (R\$564.169 em 31 de dezembro de 2021).

20.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Principal	250.000		(50.000)		100.000	300.000
Juros	14.169		(57.678)	77.448		33.939
	264.169		(107.678)	77.448	100.000	333.939
Não circulante						
Principal	390.000	50.000			(100.000)	340.000
Juros	4.132			11.579		15.711
	394.132	50.000		11.579	(100.000)	355.711

20.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora e Consolidado		Nacional
	Circulante	Não circulante	
2023	333.939		333.939
2024		355.711	355.711
Total		689.650	689.650

21 Provisões

	Controladora e Consolidado					
	Controladora			Consolidado		
	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Provisões cíveis e outros	1.178	1.162	1.868	1.598		
Licenças ambientais			3.449	4.685		
Total	1.178	1.162	3.449	4.685		

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

21.1 Provisões cíveis, fiscais e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora						Consolidado						
	Passivo			Ativo			Passivo			Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Depósito Judicial	
Cíveis													
Fiscais	21.1.1.1	796	1	(1)	55	853	371	371					
Outros		364	321	(320)	(41)	1	325						
Total Não circulante		1.162	322	(321)	(41)	56	1.178	371	371				
Cíveis													
Fiscais	21.1.1.2	435	586	(449)	117	689	497	3.117					
Outros	21.1.1.1	798			55	853	371	371					
Total Não circulante		1.598	907	(769)	(41)	173	1.868	868	3.488				

O valor total referente as garantias de provisões prováveis em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$173 (R\$162 em 31 de dezembro de 2021).

21.1.1.1 Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$671 (R\$628 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

Processos judiciais entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança da ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$183 (R\$170 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, os processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul para a construção da linha de transmissão.

21.1.2 Risco de perda possível

	Controladora						Consolidado					
	Ativo			Depósito Judicial			Ativo			Depósito Judicial		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Trabalhistas						503						
Cíveis	21.1.2.1	49.970	43.318	9.793	9.111	49.970	43.318	9.793	9.111			
Fiscais	21.1.2.2	42.150	40.726	49	44	42.539	41.077	49	44			
Total		92.120	84.044	9.842	9.155	93.012	84.395	9.842	9.155			

O valor total referente as garantias de possíveis prováveis em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$1.201 (R\$1.012 em 31 de dezembro de 2021).

21.1.2.1 Cíveis

A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$31.814 (R\$26.003 em 31 de dezembro de 2021) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$9.793 (R\$9.111 em 31 de dezembro de 2021).

	Nota	Consolidado						
		Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Outros	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço								
Software		3.811		3.113	(2.257)	(55)	4.612	
Direito de concessão - Transmissão		63.851					62.520	
Total do intangível em serviço		67.662		3.113	(3.588)	(55)	67.132	
Software		6.128	4.309	(3.113)		1.183	8.507	
Total do intangível em curso		6.128	4.309	(3.113)		1.183	8.507	
Total do intangível		73.790	4.309	-	(3.588)	1.183	75.639	

17.2.1 Softwares - Ingressos
O montante de R\$4.309 refere-se, substancialmente a serviços de TI, mão de obra própria e outros valores relacionados ao software Energia 4.0.

17.2.2 Softwares - Outros
O montante de R\$55 refere-se, substancialmente, a ativos desmobilizados devido a transferência da COG para a EDP Goiás.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	31/12/2021	Circulante	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	253.300	213.568	253.300	213.568
Operações				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
 - (iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		55.754	59.972
Constituição da reserva legal - 5%		(2.788)	(2.999)
		52.966	56.973
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	19	15.409	14.623
Dividendos complementares	19	144	1.814
Lucro do exercício a deliberar		37.413	40.536
		52.966	56.973
Dividendos por ação - RS - JSCP		0,47258	0,44848
Dividendos por ação - RS - Dividendos		0,00442	0,05563

22.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	22.2	5.787	2.999
Retenção de lucros		124.139	83.603
Lucro do exercício a deliberar	22.2 e 22.3.1	37.413	40.536
		167.339	127.138

22.3.1 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e suas Controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas Controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas Controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Comercialização de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

- **Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 11).

Transmissão

As receitas das Controladas representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de -23,72% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 0,33% na EDP Transmissão Norte sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas Controladas levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Controladas e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para gerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 218% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 5% na EDP Transmissão Norte.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão das Controladas representam 13,65% a.a. na EDP Transmissão Litoral Sul e 7,45% a.a. na EDP Transmissão Norte para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das Controladas, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Energia de curto prazo		14.431	43.924	14.431	43.924
Comercialização de energia elétrica	23.3	3.734.599	3.125.242	3.734.599	3.125.242
Receita de construção	14			193.081	121.616
Atualização dos Ativos da concessão	14			45.537	23.314
Receita de Operação e Manutenção (O&M)				14.450	10.427
Compromissos futuros	11	19.199	146.039	19.199	146.039
Parcela Variável - IPCA				7.507	20.281
Outras receitas operacionais	23.2	20.461	8.911	20.237	8.592
Receita operacional bruta		3.788.690	3.324.116	4.049.041	3.499.435
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS		(141.236)	(68.395)	(141.236)	(68.395)
PIS/COFINS		(332.419)	(300.109)	(341.956)	(299.398)
ISS		(291)	(401)	(291)	(401)
		(473.946)	(368.905)	(483.483)	(368.194)
Encargos do consumidor				(324)	(103)
P&D				(38)	
Outros encargos				(362)	(103)
		(473.946)	(368.905)	(483.845)	(368.297)
Receitas		3.314.744	2.955.211	3.565.196	3.131.138

23.1 Energia de curto prazo

A redução de energia de curto prazo decorre de uma melhora no cenário hídrico, reduzindo o PLD médio para próximo ao mínimo valor anual de R\$55,70 MWh e consequentemente a volatilidade, diminuindo o número de operações no mercado e sua receita.

23.2 Outras Receitas

A variação do saldo de outras receitas refere-se substancialmente do recebimento de seguro no mês de maio de 2022 decorrente de cancelamento de contrato com Brasil Comercializadora ocorrido em 2021.

23.3 Comercialização de energia elétrica

O aumento dos contratos de comercialização de energia é parte da estratégia da empresa de posicionamento do portfólio, a partir das oportunidades de mercado, com os preços mais baixos, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no SIN e níveis dos reservatórios elevados, reduz-se o risco de crédito de contrapartes, ampliando a carteira de clientes e propiciando maior liquidez ao mercado.

24 Custo de construção da infraestrutura da concessão das Controladas

	Nota	Consolidado	
		2022	2021
Terenos		10.154	11.384
Edificações, obras civis e benfeitorias		17.677	35.782
Máquinas e equipamentos		131.946	106.534
Móveis e utensílios		102	106
Gastos ambientais		1.935	(7.153)
Outros		53.600	12.398
	14	215.414	159.051

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas Controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das Controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora						Total
		2022						
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com adminis-trativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	3.163.350					3.163.350	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		8.671		5.030		13.701	
Material			27		81		108	
Serviços de terceiros	25.3		1.547	245	4.847		6.639	
Depreciação - Imobilizado em serviço			722		32		754	
Depreciação - Ativos de direito de uso					167		167	
Amortização			495		1.762		2.257	
PECLD / perdas líquidas					162		162	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						281	281	
Arrendamentos e aluguéis			163		309		472	
Outras		1.984	607		818		3.409	
Total		3.165.334	12.232	245	13.046	281	3.191.300	

	Nota	Controladora						Total
		2021						
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com adminis-trativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	2.828.954					2.828.954	
Encargos de uso da rede elétrica			2.729				2.729	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		11.957		4.620		16.577	
Material			54		57		111	
Serviços de terceiros	25.3		1.864	45	4.610		6.519	
Depreciação - Imobilizado em serviço			624		44		668	
Depreciação - Ativos de direito de uso					419		419	
Amortização			239		2.066		2.305	
PECLD / perdas líquidas					(5.047)		(5.047)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						34	34	
Arrendamentos e aluguéis			188		187		375	
Outras		2.306	934		217		3.457	
Total		2.833.989	15.860	45	(5.047)	12.220	34 2.857.101	

	Nota	Consolidado						Total
		2022						
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com adminis-trativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	3.163.350					3.163.350	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		10.786		6.192		16.978	
Material			51		286		337	
Serviços de terceiros	25.3		3.230	245	6.286		9.761	
Depreciação - Imobilizado em serviço			722		32		754	
Depreciação - Ativos de direito de uso					158		158	
Amortização			495		3.093		3.588	
PECLD / perdas líquidas					162		162	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						294	294	
Arrendamentos e aluguéis			190		345		535	
Custo com construção da infraestrutura	24			215.414			215.414	
Outras		1.984	857		1.311		4.152	
Total		3.165.334	16.331	215.659	162	17.703	294 3.415.483	

	Nota	Controladora						Total
		2021						
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com adminis-trativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	2.828.954					2.828.954	
Encargos de uso da rede elétrica			2.729				2.729	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		12.874		4.908		17.782	
Material			90		135		225	
Serviços de terceiros	25.3		2.096	45	5.400		7.541	
Depreciação - Imobilizado em serviço			624		44		668	
Depreciação - Ativos de direito de uso					494		494	
Amortização			239		2.066		2.305	
PECLD / perdas líquidas					(5.047)		(5.047)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						34	34	
Arrendamentos e aluguéis			188		190		378	
Custo com construção da infraestrutura	24			159.051			159.051	
Outras		2.306	981		276 (1.480)		2.083	
Total		2.833.989	17.092	159.096	(5.047)	13.513 (1.446)	3.017.197	

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	Consolidado	
		2022	2021
Energia de curto prazo		18	5.557
Encargo de Energia de Reserva - EER			48.255
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			39
Contratos de comercialização de energia			119
Outros		23.3	3.476.690
			3.066.874
(-) Créditos de PIS/COFINS			3.137
			(288.387)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora		Consolidado		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil				
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequentemente									
Caixa e equivalentes de caixa	5								
Aplicações financeiras	Nível 2	101.809	63.077	101.809	63.077	108.215	79.996	108.215	79.996
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11 Nível 3	2.294.634	1.209.619	2.294.634	1.209.619	2.294.634	1.209.619	2.294.634	1.209.619
		2.396.443	1.272.696	2.396.443	1.272.696	2.402.849	1.289.615	2.402.849	1.289.615
Custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa	5								
Bancos conta movimento	Nível 2	2.606	3.224	2.606	3.224	3.206	4.516	3.206	4.516
Consumidores e concessionárias	6 Nível 2	328.920	228.120	328.920	228.120	334.556	230.004	334.556	230.004
Empréstimos a receber	Nível 2	8.824	7.741	8.824	7.741				
Cauções	13 Nível 2	1.743	1.462	1.743	1.462	1.755	1.471	1.755	1.471
Outros créditos - Partes relacionadas	10 Nível 2	987	2.076	987	2.076	987	1.993	987	1.993
		343.080	242.623	343.080	242.623	340.504	237.984	340.504	237.984
Total		2.739.523	1.515.319	2.739.523	1.515.319	2.743.353	1.527.599	2.743.353	1.527.599
Passivos Financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequentemente									
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	Nível 3	1.901.949	836.134	1.901.949	836.134	1.901.949	836.134	1.901.949	836.134
		1.901.949	836.134	1.901.949	836.134	1.901.949	836.134	1.901.949	836.134
Custo amortizado									
Fornecedores	18 Nível 2	256.606	218.561	256.606	218.561	273.777	256.004	273.777	256.004
Empréstimos e financiamentos	20								
Moeda nacional	Nível 2	584.555	564.084	583.939	564.169	584.555	564.084	583.939	564.169
Contratos de mútuo	Nível 2	105.711	94.132	105.711	94.132	105.711	94.132	105.711	94.132
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10 Nível 2	1.022	1.223	1.222	1.223	1.319	2.765	1.519	2.765
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	1.022	1.948	959	1.948	1.191	2.046	1.150	2.046
Licenças ambientais	21.2 Nível 2					3.494	4.705	3.449	4.685
		948.916	879.948	948.437	880.033	970.407	923.736	969.545	923.891
Total		2.850.865	1.716.082	2.850.386	1.716.167	2.871.996	1.759.870	2.871.494	1.759.935

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas Controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e suas Controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas Controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas Controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas Controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das Controladas e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas Controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor emprestimos, das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e das Controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

29.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Companhia refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. As Controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

29.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolve-se nas áreas corporativas e unidades de negócio gerando aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global EDP - Energias de Portugal S.A.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captadas pela Companhia apresentadas na nota 20, possuem como contraparte o agente fiduciário MFUG - Cédula de Câmbio. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia e suas Controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e suas Controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Variação decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 11). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas Controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas Controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora									
		Aging cenário provável					Controladora				
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI	12.029	196		196	47	93	(48)	(96)		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	89.780	1.466		1.466	349	691	(356)	(718)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.743	46		46	11	21	(11)	(22)		
Empréstimos a receber	CDI	8.824	1.081		1.081	268	536	(269)	(539)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	112.376	2.789	-	2.789	675	1.341	(684)	(1.375)		
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(528.114)	(69.328)	(6.612)	(75.940)	(15.557)	(32.375)	18.308	35.361		
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(105.711)	(12.684)	(10.752)	(23.436)	(6.157)	(12.431)	6.039	11.958		
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(633.825)	(82.012)	(17.364)	(99.376)	(21.714)	(44.806)	24.347	47.319		
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(521.449)	(79.223)	(17.364)	(96.587)	(21.039)	(43.465)	23.663	45.944		
Compromissos futuros	PLD	2.294.634		2.294.633	2.294.633	(763.467)	(1.526.934)	763.467	1.526.934		
Instrumentos financeiros passivos	PLD	2.294.634	-	2.294.633	2.294.633	(763.467)	(1.526.934)	763.467	1.526.934		
Compromissos futuros	PLD	(1.901.949)		(1.901.948)	(1.901.948)	741.937	1.483.874	(741.937)	(1.483.874)		
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(1.901.949)	-	(1.901.948)	(1.901.948)	741.937	1.483.874	(741.937)	(1.483.874)		
		392.685	-	392.685	392.685	(21.530)	(43.060)	21.530	43.060		

Operação	Risco	Consolidado									
		Aging cenário provável					Consolidado				
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI	14.069	450		450	113	225	(115)	(230)		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	94.146	1.508		1.508	355	702	(362)	(730)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.743	46		46	11	21	(11)	(22)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	109.958	2.004	-	2.004	479	948	(488)	(982)		
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(528.114)	(69.328)	(6.612)	(75.940)	(15.557)	(32.375)	18.308	35.361		
Empréstimos e financiamentos - Mútuo											

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Visando mitigar este risco as Controladas adotam, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, as Controladas procuram a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

29.2.7 Risco técnico

A infraestrutura das Controladas é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela controlada, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, as Controladas contrataram seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 33).

29.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	689.650	658.301	689.650	658.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(104.415)	(66.301)	(111.421)	(84.512)
(-) Cauções			(3)	
Dívida líquida	585.235	592.000	578.226	573.789
Total do Patrimônio Líquido	389.018	348.817	389.018	348.817
Total do capital	974.253	940.817	967.244	922.606
Índice de alavancagem financeira - %	60%	63%	60%	62%

30 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Controladora			
	Saldo em Nota	31/12/2021	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	19	14.244	(14.244)	13.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	658.301	(57.678)	89.027
Arrendamentos e aluguéis	12	1.948	(332)	156
		674.493	(72.254)	703.851

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	27.868	(27.868)		14.244
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	242.769	393.479		22.053
Arrendamentos e aluguéis	384	(343)	177	1.730
	271.021	365.268	177	38.027

	Consolidado			
	Saldo em Nota	31/12/2021	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento				
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3	-	3
		3		3

	Consolidado			
	Saldo em Nota	31/12/2021	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	19	14.244	(14.244)	13.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	658.301	(57.678)	89.027
Arrendamentos e aluguéis	12	2.046	(529)	172
	674.591	(72.451)	172	101.730

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2021
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)				
	674.591	(72.454)	172	704.039

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	27.868	(27.868)		14.244
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	242.769	393.479		22.053
Arrendamentos e aluguéis	699	(587)	204	1.730
	271.336	365.024	204	38.027

30.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	13.242	14.244	13.242	14.244
Capitalização de juros de empréstimos ao ativos da concessão			343	352
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências			572	369
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão			359	(7.391)
Aumento de capital com integralização de AFAC			133.000	(10.951)
Aumento de capital com integralização de reservas		189.073		189.073
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		1.730	274	1.730
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão				21.097
Total	13.242	205.047	147.790	208.523

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas Controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais						39
Obrigações de compra						
Compra de Energia (*)			241.504	1.530.543	1.772.047	1.702.540
Materiais e serviços	5.617	3.068	309	117	9.111	12.754
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	82.012	16.201			98.213	78.523
	87.629	19.269	241.813	1.530.660	1.879.371	1.793.856

	Consolidado					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais						45
Obrigações de compra						
Compra de Energia (*)			241.504	1.530.543	1.772.047	1.702.540
Encargos de conexão e Transporte de Energia	167	8			175	25
Materiais e serviços	210.958	145.610	524	127	357.219	316.176
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	83.093	16.201			99.294	80.120
	294.218	161.819	242.028	1.530.670	2.228.735	2.098.906

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Vice-presidente	Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferrei Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Miguel Andrade dos Santos Fonseca Conselheiro
--	---	---	---	---	---

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Dyogenes Rosi Diretor	Júlio César de Andrade Diretor
--	---------------------------------	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às empresas limitadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

	Controladora					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais						38
Obrigações de compra						
Compra de Energia (*)			308.351	2.834.811	3.143.162	3.225.719
Materiais e serviços	5.422	3.273	379	168	9.242	13.090
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	84.533	18.882			103.415	68.588
	89.955	22.155	308.730	2.834.979	3.255.819	3.307.435

	Consolidado					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais						44
Obrigações de compra						
Compra de Energia (*)			308.351	2.834.811	3.143.162	3.225.719
Encargos de conexão e Transporte de Energia	161	9			170	27
Materiais e serviços	203.664	151.528	637	183	356.012	320.094
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	85.624	18.882			104.506	69.985
	289.449	170.419	308.988	2.834.994	3.603.850	3.615.869

(*) Em relação a compra de energia da Companhia, os compromissos de até quatro anos estão reconhecidos na nota 11.

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	5.549	10.314	5.549	10.314
Executante construtor	Seguro garantia			23.369	44.794
		5.549	10.314	28.918	55.108

Os valores em garantias de Empréstimos e financiamentos (Nota 20), Fornecedores (Nota 18) e Provisões (Nota 21), estão demonstrados em suas respectivas notas.

32 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

32.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das Controladas e da unidade de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

32.1.1 Demonstração do Resultado

	2022			2021		
	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Comercialização	Transmissão	Eliminação
Recostas	3.314.744	250.676	(224)	3.565.196	2.955.211	176.216
Custo da produção e do serviço de energia elétrica						
Custo do serviço de energia elétrica	(3.165.334)			(3.165.334)	(2.833.989)	(2.833.989)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(215.414)		(215.414)	(1.521)	(1.521)
Custo de operação	(12.232)	(4.323)	224	(16.331)	(15.860)	289
Custo do serviço prestado a terceiros	(245)		(245)	(45)	(159.051)	(159.096)
	(3.177.811)	(219.737)	224	(3.397.324)	(2.849.894)	289
Lucro bruto	136.933	30.939	-	167.872	105.317	15.644
Despesas e Recostas operacionais						
Despesas com vendas	(162)			(162)	5.047	5.047
Despesas gerais e administrativas	(13.046)	(3.326)	(1.331)	(17.703)	(12.220)	(1.293)
Outras Despesas e Recostas operacionais	(281)	(13)		(294)	(34)	1.480
	(13.489)	(3.339)	(1.331)	(18.159)	(7.207)	187
Resultado das participações societárias						
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	18.621		(18.6			